Wave FIC de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada
(CNPJ 38.315.067/0001-98)

Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Exercício findo em 31 de março de 2026

Wave FIC de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis	2
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	10

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Ao:
Cotista e à Administradora do
Wave FIC de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada
(Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do **Wave FIC de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada** ("**Fundo**"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Wave FIC de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada** em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, em 31 de março de 2026 o Fundo possui investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ametista II Responsabilidade Limitada ("Fundo Investido"), o qual perfaz o montante de R$ 2.645 mil (43,38% de seu patrimônio líquido), atualizado com base no valor da cota divulgado periodicamente por seu administrador. Até a conclusão de nossas análises, não tivemos acesso às demonstrações contábeis auditadas do Fundo Investido, em decorrência de o Fundo Investido possuir menos de um exercício de funcionamento, sendo seu encerramento de exercício social em maio de cada ano. Outrossim, não nos foi possível executar procedimentos de auditoria no Fundo Investido. Desta forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência de distorções sobre os registros contábeis do Fundo Investido, as quais, se existentes, afetariam o valor da cota do fundo investido e, consequentemente, o valor do investimento do Fundo e o resultado por ele gerado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Fundo e sua Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Existência e valorização dos investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios

Conforme demonstração da posição financeira e nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, em 31 de março de 2026, o Fundo possuía parte substancial de sua carteira representada por cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, as quais são avaliadas e registradas conforme práticas descritas na nota explicativa nº 3.c.

Considerando a relevância dos investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios em relação ao patrimônio líquido do Fundo, bem como seus efeitos sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, consideramos este como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) teste de existência por meio do confronto da posição em aberto na carteira do Fundo, em 31 de março de 2026, com os correspondentes extratos disponibilizados pelos administradores dos fundos investidos; (ii) confronto do valor das cotas dos fundos investidos em aberto na carteira do Fundo, em 31 de março de 2026, com o valor das cotas divulgados pelos administradores dos fundos investidos; e (iii) verificação da razoabilidade da performance dos principais fundos investidos no período entre a última cota auditada até a data-base de nossa auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, consideramos que as evidências de auditoria obtidas foram apropriadas e suficientes para suportar a existência e a valorização dos investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do Fundo para o exercício findo em 31 de março de 2025, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outro auditor independente, o qual emitiu relatório em 30 de junho de 2025, com modificação de opinião relativa à defasagem nas demonstrações contábeis auditadas de determinado fundo investido.

Responsabilidades da administração do Fundo pelas demonstrações contábeis

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração do Fundo é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração do Fundo a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração do Fundo, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de junho de 2026.

Fernando Radaich de Medeiros
Contador CRC 1SP-217.532/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

WAVE FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 38.315.067/0001-98

Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 39.669.186/0001-01

Demonstração da Posição Financeira
Em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/03/2026	% sobre o patrimônio líquido	31/03/2025	% sobre o patrimônio líquido
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**720**	**11,81**	**-**	**-**
Disponibilidades	720	11,81	-	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	**5.388**	**88,36**	**4.903**	**100,23**
Títulos públicos	**12**	**0,20**	**-**	**-**
Títulos públicos federais	12	0,20	-	-
Cotas de fundos de investimento	**5.376**	**88,16**	**4.903**	**100,23**
Fundos de Investimento em renda fixa	157	2,57	1.649	33,71
Fundos de Investimento em direitos creditórios	5.219	85,59	3.254	66,52
Total do ativo	**6.108**	**100,17**	**4.903**	**100,23**
Passivo				
Valores a pagar	**10**	**0,17**	**11**	**0,23**
Taxa de administração	3	0,05	5	0,10
Taxa de gestão	3	0,05	3	0,06
Taxa de custódia	1	0,02	-	-
Demais valores a pagar	3	0,05	3	0,07
Total do passivo	**10**	**0,17**	**11**	**0,23**
Patrimônio líquido	**6.098**	**100,00**	**4.892**	**100,00**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**6.108**	**100,17**	**4.903**	**100,23**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

WAVE FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 38.315.067/0001-98

Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 39.669.186/0001-01

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de março de 2026 e período de 1º de março de 2025 (data da transformação do Fundo) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Composição do resultado líquido do exercício/período	31/03/2026	De 01/03/2025 a 31/03/2025
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	**1.051**	**102**
Títulos públicos	**1**	**-**
Receitas	1	-
Cotas de fundos de investimento	**1.050**	**102**
Reconhecimento de ganhos	1.050	102
Outras receitas	**2**	**-**
Reversão de despesas	2	-
Despesas	**(146)**	**(13)**
Taxa de administração (Nota 13)	(42)	(6)
Taxa de gestão (Nota 13)	(38)	(3)
Despesas do sistema financeiro	(14)	-
Despesas com auditoria externa	(12)	-
Taxa de distribuição	(11)	-
Taxa de custódia (Nota 13)	(11)	(1)
Taxa de fiscalização CVM	(3)	-
Demais despesas	(15)	(3)
Resultado líquido do exercício/período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**907**	**89**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

WAVE FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 38.315.067/0001-98

Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 39.669.186/0001-01

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de março de 2026 e período de 1º de março de 2025 (data da transformação do Fundo) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

	31/03/2026	De 01/03/2025 a 31/03/2025
Patrimônio líquido no início do exercício/período	**4.892**	**9.782**
Representado por 3.036,366300 cotas a R$ 1.611,108020 cada	4.892	-
Representado por 6.173,929691 cotas a R$ 1.584,466477 cada	-	9.782
Resultado líquido do exercício/período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**907**	**89**
Cotas emitidas (Nota 10.a)	**299**	**-**
Representado por 156,526527	299	-
Cotas resgatadas (Nota 10.b)	**-**	**(4.979)**
Representado por 3.137,563391	-	(4.979)
Variação decorrente da movimentação de cotas	**299**	**(4.979)**
Patrimônio líquido no final do exercício/período	**6.098**	**4.892**
Representado por 3.192,901891 cotas a R$ 1.909,919527 cada	6.098	-
Representado por 3.036,366300 cotas a R$ 1.611,108020 cada	-	4.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

WAVE FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 38.315.067/0001-98

Administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ: 39.669.186/0001-01

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercício findo em 31 de março de 2026 e período de 1º de março de 2025 (data da transformação do Fundo) a 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2026	De 01/03/2025 a 31/03/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício/período	**907**	**89**
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o fluxo de caixa		
Rendimentos com cotas de fundo de investimento	(199)	(2)
Rendimento de títulos públicos	(1)	
Taxa de administração não liquidada	3	5
Taxa de gestão não liquidada	3	3
Taxa de custódia não liquidada	1	-
Resultado líquido do exercício/período ajustado	**714**	**95**
Variação de ativos e obrigações		
Cotas de fundos de investimento	(274)	4.887
Títulos públicos	(11)	
Outros valores a receber	-	3
Taxa de administração	(5)	(5)
Taxa de gestão	(3)	(3)
Demais valores a pagar	-	1
Caixa líquido das atividades operacionais	**421**	**4.978**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas emitidas	299	-
Cotas resgatadas	-	(4.979)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**299**	**(4.979)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**720**	**(1)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	720	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**720**	**(1)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

O Wave FIC de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada ("Fundo"), foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial aberto, com prazo de duração indeterminado e iniciou suas operações em 11 de novembro de 2022. A Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas de 21 de fevereiro de 2025 aprovou a transformação do Fundo de Fundo de Investimento Multimercado para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

O Fundo conta com uma única classe de cotas ("Classe"), classe esta que terá uma única cota.

É objetivo do Fundo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo na aquisição de cotas de FIDCs e de ativos financeiros de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos no regulamento e demais disposições legais e regulamentares que forem aplicáveis ao Fundo.

O Fundo destina-se exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos pela Resolução CVM nº 30/2021 e alterações posteriores.

A administração do Fundo, em conformidade com a Resolução nº 5.111 do Conselho Monetário Nacional e da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 classificou o Fundo como uma "Entidade de Investimento". Essa classificação foi estabelecida com base no cumprimento simultâneo das seguintes condições:

a) Capta recursos de um ou mais investidores para investir em um ou mais ativos;
b) É gerido, discricionariamente, por agente habilitado e autorizado para o exercício dessa atividade, conforme exigido pela legislação; e
c) Define em seu regulamento e nos demais documentos constitutivos, quando houver, estratégias a serem utilizadas para geração de retorno ao investidor, consistindo em uma ou mais das seguintes estratégias:

- Investimento e desinvestimento dos ativos que compõem a carteira do Fundo, observada a estratégia, as condições de mercado e, quando aplicável, o prazo nela estabelecido, de forma a maximizar o retorno para os cotistas;
- Investimento e manutenção, no todo ou em parte, dos ativos que compõem a carteira do Fundo de acordo com sua política de investimentos até a liquidação de tais ativos, por meio de seu pagamento ou de qualquer forma de negociação de tais ativos ou até a liquidação do Fundo, objetivando retorno na forma de apreciação do capital, renda ou ambos; e
- Investimento e manutenção dos ativos que compõem a carteira do Fundo, sem prazo definido para liquidação ou desinvestimento, buscando a apreciação do capital investido e a realização de retorno por meio de resgate ou de amortização de cotas ou de mecanismos que assegurem a negociação de cotas no mercado secundário.

O Fundo está sujeito a um conjunto de riscos, incluindo flutuações de mercado, riscos de liquidez, concentração de ativos e inadimplência de devedores, que devem ser cuidadosamente considerados pelos investidores antes de realizarem qualquer investimento.

Os investimentos do Fundo não são garantidos pela administradora, por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Créditos ("FGC"). A responsabilidade dos cotistas está limitada ao valor por eles subscrito. Neste sentido, os cotistas somente serão obrigados a integralizar as cotas que efetivamente vierem a subscrever, respeitadas as condições estabelecidas no respectivo boletim de subscrição e no regulamento.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, regidas pela Instrução CVM nº 489 /11, pela Resolução nº 175/22 e demais orientações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional do Fundo é o Real, a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração do Fundo em 29 de junho de 2026.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem o numerário em espécie e depósitos bancários à vista e instrumentos financeiros que atendam cumulativamente aos seguintes critérios: (i) ser mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos; (ii) ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa; (iii) estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor; e (iv) ter vencimento de curto prazo, de até 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros e seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos do custo de transação, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) Classificação dos ativos e passivos financeiros para fins de mensuração

Os instrumentos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, nas seguintes categorias:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR):** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, decorrente de sua negociação;
- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja coletar os fluxos de caixa contratuais e para os quais os termos contratuais geram em datas especificas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelo Fundo.

(iv) Classificação dos ativos e passivos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira:

- **Disponibilidades:** Caixa e equivalentes de caixa;
- **Títulos e valores mobiliários:** representados por cotas de fundos de investimento, títulos privados e títulos públicos federais. O Fundo classifica os títulos e valores mobiliários na categoria valor justo por meio do resultado (VJR);

    - ***Títulos para negociação:*** Nessa categoria são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

- ***Títulos mantidos até o vencimento:*** Nessa categoria são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos.
- ***Títulos de renda fixa:*** Os títulos e valores mobiliários de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor justo. Os títulos e valores mobiliários privados são ajustados ao valor justo com base na melhor estimativa da Administradora do valor esperado de realização.
- ***Cotas de fundos de investimento:*** Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo valor de aquisição e atualizados, diariamente, pelos respectivos valores das cotas, divulgados pelos respectivos administradores. A valorização e/ou desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em "Cotas de fundos de investimento - Reconhecimento de ganhos/perdas".

- **Despesas antecipadas:** representam valores pagos antecipadamente, que serão computadas apenas no período de competência subsequente;
- **Outros valores a receber:** representados majoritariamente por direitos creditórios liquidados na data base, cujo recebimento por parte do Fundo ocorre no primeiro dia útil subsequente.

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica da demonstração da posição financeira:

- **Valores a pagar:** referem-se às despesas administrativas previstas no regulamento ou acordos contratuais do Fundo e que possuem saldo a pagar em 31 de março de cada ano.

A mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças de valor justo:

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado e vendido naquela data por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em mercado ativo, transparente e significativo (preço cotado ou preço de mercado).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de risco associados a ele.

- Mensuração dos ativos financeiros: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação;
- Mensuração dos passivos financeiros: Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

No caso dos instrumentos de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data de contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com o retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação de juros.

Reconhecimento de variações de valor justo: Como regra geral, variações no valor justo de ativos e passivos financeiros classificados com VJR, são reconhecidas na demonstração do resultado, em suas respectivas contas de origem.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2026 o saldo de caixa do Fundo é R$ 720 (2025 - não havia saldo) e está representado por depósito bancário à vista.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de março de 2026

Títulos e valores mobiliários para negociação	Quantidade	Mercado/ Realização	Faixa de vencimento
Títulos públicos federais	**3**	**12**	
Notas do Tesouro Nacional	3	12	Acima de 1 ano
Cotas de Fundos de Investimento			
Renda fixa	**83.980**	**157**	
Solis Vertente FIRF Referenciado DI **(a)**	83.980	157	Sem vencimento
Direitos creditórios	**2.143**	**5.219**	
FIDC Ametista II - SUB **(b)**	311	2.645	Sem vencimento
FIDC VGR Imobiliário RL - SUB **(c)**	-	1.139	Sem vencimento
FIDC Sol Consignado RL - MEZ A1 **(d)**	410	702	04/12/2035
FIDC Iron Capital Meucashcard - SR **(e)**	706	380	Sem vencimento
FIDC Campana RL - MEZ A1 **(f)**	716	353	04/12/2035

Em 31 de março de 2025

Títulos e valores mobiliários	Quantidade	Mercado/ Realização	Faixa de vencimento
Cotas de Fundos de Investimento			
Renda fixa	**1.008.312**	**1.649**	
Solis Vertente FIRF Referenciado DI **(a)**	1.008.312	1.649	Sem vencimento
Direitos Creditórios	**2.546**	**3.254**	
FIDC Campana RL - MEZ A1 **(f)**	716	993	04/12/2035
FIDC Iron Capital Meucashcard - SR **(e)**	706	912	Sem vencimento
MCC FIDC- RL **(g)**	714	771	Sem vencimento
FIDC Sol Consignado RL - MEZ A1 **(d)**	410	578	04/12/2035

(a) No exercício findo em 31 de março de 2026, o Fundo possui 2,57% (2025 – 33,71%) do seu patrimônio líquido aplicado em cotas do **Solis Vertente Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa**. O fundo investido foi constituído e teve início de suas operações em 4 de dezembro de 2018 sob a forma de condomínio de natureza especial aberto com prazo de duração indeterminado e é administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM. O fundo investido tem como objetivo buscar retorno em ativos de renda fixa, admitindo estratégias com risco de juros e de índice de preços. A política de investimento detalhada não possui compromisso de manter limites mínimo ou máximo para duration média ponderada da carteira e pode investir mais de 20% da sua carteira em títulos de médio e alto risco de crédito do mercado doméstico ou externo.

(b) No exercício findo em 31 de março de 2026, o Fundo possui 43,38% (2025 – não havia saldo) do seu patrimônio líquido aplicado em cotas subordinadas do **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ametista II Responsabilidade Limitada**. O fundo investido foi constituído e teve início de suas operações em 03 de junho de 2025 sob a forma de condomínio de natureza especial fechado com prazo de duração indeterminado e é administrado pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O fundo investido tem como objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade e ativos financeiros. A política de investimento detalhada consiste na aquisição de direitos creditórios, sendo estes títulos representativos de crédito, originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, e os warrants, contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como títulos ou certificados representativos desses contratos, podendo também adquirir direitos creditórios oriundos de operações de crédito consignado concedidos pelo cedente à devedores e que atendam os critérios de elegibilidade.

(c) No exercício findo em 31 de março de 2026, o Fundo possui 18,68% (2025 – não havia saldo) do seu patrimônio líquido aplicado em cotas subordinadas do **VGR Imobiliário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada**. O fundo investido foi constituído e teve início de suas operações em 31 de outubro de 2025 sob a forma de condomínio de natureza especial fechado com prazo de duração indeterminado e é administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O fundo investido tem como objetivo buscar proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de direitos creditórios elegíveis e/ou ativos financeiros, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente.

(d) No exercício findo em 31 de março de 2026, o Fundo possui 11,51% (2025 - 11,82%) do seu patrimônio líquido aplicado em cotas mezanino do **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sol Consignado - Responsabilidade Limitada**. O fundo investido foi constituído e teve início de suas operações em 18 de setembro de 2023 sob a forma de condomínio de natureza especial fechado com prazo de duração indeterminado e é administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O fundo investido tem como objetivo buscar proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de direitos creditórios e de ativos financeiros de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos no regulamento e demais disposições legais e regulamentares que forem aplicáveis ao fundo investido.

(e) No exercício findo em 31 de março de 2026, o Fundo possui 6,23% (2025 – 18,64%) do seu patrimônio líquido aplicado em cotas sênior do **Meucashcard – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios** (anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Iron Capital – Meucashcard). O fundo investido foi constituído e teve início de suas operações em 11 de fevereiro de 2022 sob a forma de condomínio de natureza especial fechado com prazo de duração indeterminado e é administrado pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O fundo investido tem como objetivo buscar proporcionar aos cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua carteira, a valorização das cotas por meio da aplicação de recursos preponderantemente em direitos creditórios e ativos financeiros. A política de investimento consiste em aplicar os recursos preponderantemente em direitos creditórios, buscando a valorização das cotas.

(f) No exercício findo em 31 de março de 2026, o Fundo possui 5,79% (2025 – 20,30%) do seu patrimônio líquido aplicado em cotas mezanino do **Campana Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada**. O fundo investido foi constituído e teve início de suas operações em 03 de setembro de 2024 sob a forma de condomínio de natureza especial fechado com prazo de duração indeterminado e é administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O fundo investido tem como objetivo buscar proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de direitos creditórios e de ativos financeiros de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos no regulamento e demais disposições legais e regulamentares que forem aplicáveis ao fundo.

(g) No exercício findo em 31 de março de 2026 não havia aplicação em cotas subordinadas do **MCC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada** (2025 – 15,76% do patrimônio líquido). O fundo investido foi constituído e teve início de suas operações em 01 de novembro de 2024 sob a forma de condomínio de natureza especial fechado com prazo de duração indeterminado e é administrado pela Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O fundo investido tem como objetivo buscar proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios e de ativos financeiros.

O Fundo obteve os seguintes resultados com títulos e valores mobiliários:

Descrição	31/03/2026	De 1º/03/2025 (¹) a 31/03/2025
Cotas de fundos de investimento	1.050	102
Títulos públicos federais	1	-
Total	**1.051**	**102**

(¹) data da transformação do Fundo.

6. Gerenciamento e controles relacionados aos riscos

a) Tipos de risco

Risco de mercado

Consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos ativos financeiros do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.

Risco de crédito

Consiste no risco de inadimplência ou deterioração da qualidade de crédito dos emissores dos ativos financeiros e dos devedores dos direitos creditórios integrantes das carteiras dos FIDCs investidos pelo Fundo. Alterações nas condições econômico-financeiras dos devedores ou emissores podem comprometer sua capacidade de pagamento, impactando negativamente o valor dos ativos, os fluxos de recebimento esperados e, consequentemente, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo.

Risco de liquidez

Consiste no risco de o Fundo não conseguir negociar ou liquidar seus ativos em prazo e condições adequadas para cumprir suas obrigações, incluindo solicitações de resgate. Esse risco decorre, principalmente, da limitada liquidez do mercado secundário de cotas de FIDCs e dos ativos subjacentes, podendo resultar na necessidade de venda de ativos com deságio ou no atraso do pagamento de resgates, ocasionando perdas aos cotistas.

Outros riscos

O Fundo está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais entre outros descritos no regulamento do Fundo.

b) Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência da administradora, da gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos aos diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus cotistas.

O controle do risco de mercado é baseado em cenários na perda máxima aceitável, de modo a evitar que se incorra em risco excessivo, mediante análises qualitativas e quantitativas, que considerem fatores como cenários de estresse, avaliação da equipe de gestão, processo de investimento, consistência na performance e gerenciamento de risco, bem como por meio de constante monitoramento. Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento.

A avaliação do risco de crédito é efetuada pela administradora através do monitoramento prospectivo e retrospectivo dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável. Em caso de ocorrência de algum default no pagamento desses eventos, a capacidade financeira do emissor ou da contraparte é avaliada pelo Comitê de Crédito da administradora, onde são tomadas decisões para a constituição ou não de provisão para perdas.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, exclusivamente na modalidade “com garantia” e desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

No exercício findo em 31 de março de 2026 e período de 01 de março de 2025 (data da transformação do Fundo) a 31 de março de 2025, o Fundo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

8. Evolução do valor da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota e o patrimônio líquido médio foram os seguintes:

Exercício/Período	Valor da cota	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade (%)
Exercício findo em 31 de março de 2026	1.909,920	5.275	18,55%
Período de 1º/03/2025 (¹) a 31/03/2025	1.611,108	7.426	1,68%

(¹) Data da transformação do Fundo.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

9. Classificação de risco

As cotas do Fundo não contam com classificação de risco por agência classificadora de risco por serem destinadas a um grupo de cotistas vinculados por interesse único e indissociável, que subscreveram o termo de adesão declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da ausência de classificação de risco das cotas subscritas.

10. Emissões, amortizações e resgates de cotas

a) Emissões e integralizações de cotas

As cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de cotista.

Na integralização de cotas deve ser utilizado o valor da cota em vigor no mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do Fundo.

No exercício findo em 31 de março de 2026 houve emissão de 156,526527 cotas no valor de R$ 299.

No período de 1º de março de 2025 (data da transformação do Fundo) a 31 de março de 2025, não houve emissões de novas cotas.

b) Amortizações e resgates de cotas

Os cotistas poderão solicitar o resgate das cotas de sua titularidade, a qualquer momento, por meio de correspondência escrita ou eletrônica encaminhada à administradora.

O prazo para pagamento do valor do resgate das cotas será de até 7 dias corridos, contado da data de recebimento da solicitação pela administradora, utilizando-se a cota de fechamento do dia anterior ao do efetivo pagamento.

No exercício findo em 31 de março de 2026 não houve amortização e/ou resgate de cotas.

No período de 1º de março de 2025 (data da transformação do Fundo) a 31 de março de 2025, houve resgate de 3.137,563391 cotas no montante de R$ 4.979.

11. Negociação de cotas

As cotas não serão negociadas no mercado secundário.

12. Custódia e tesouraria

a) Prestadores de serviços ao Fundo

Administração:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Gestão:	Solis Investimentos Ltda.
Custódia:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Tesouraria:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Escrituração de cotas:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Controladoria:	Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

b) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos federais são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

As cotas de fundos de investimento são escriturais e seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos investidos.

13. Encargos do Fundo

Pelos serviços de administração, distribuição, custódia, controladoria e escrituração e contabilidade, será devida pelo Fundo à administradora uma remuneração equivalente à somatória dos seguintes valores:

Serviço	Patrimônio Líquido	Remuneração
Administração, controladoria e contabilidade	Sobre o patrimônio líquido	0,08% ao ano
	Mínimo mensal R$ 2,8	
Custódia	Sobre o patrimônio líquido	0,02% ao ano
	Mínimo mensal de R$ 0,70	
Escrituração	Fixo mensal de R$ 1,5	
Distribuição	Fixo mensal de R$ 0,75	
Acréscimo por ativo	Sobre o patrimônio líquido de ativos que não sejam cotas de FIDC	0,02% ao ano

Pelos serviços de gestão dos ativos integrantes da carteira do Fundo, a gestora receberá do Fundo uma remuneração mensal de R$ 2,5.

A taxa de administração e gestão serão pagas mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês da prestação dos serviços, sendo calculada e provisionada todo dia útil à razão de 1/252.

Não poderão ser cobradas dos cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou saída.

No exercício findo em 31 de março de 2026, houve despesas com taxa de administração, gestão e custódia no montante de R$ 42, R$ 38 e R$ 11, respectivamente.

No período de 1º de março de 2025 (data da transformação do Fundo) a 31 de março de 2025, houve despesas com taxa de administração, gestão, e custódia nos montantes de R$ 6, R$ 3 e R$ 1, respectivamente.

14. Legislação tributária

a) Imposto de renda

Em conformidade com o artigo 17 da Lei nº 14.754 de 12 de dezembro de 2023, e demais normativos vigentes, os rendimentos das aplicações em fundos de investimento estão sujeitos a retenção na fonte do imposto de renda, semestralmente no último dia dos meses de maio e de novembro de cada ano à alíquota de 15% para fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias (longo prazo) e a 20% para fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias (curto prazo).

Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, aplica-se o percentual complementar necessário para totalizar a alíquota prevista, variável em razão do prazo da aplicação e classificação tributária do Fundo.

Longo prazo

i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Curto prazo

i) 22,5% em aplicações com prazo de até 6 meses; e
ii) 20% em aplicações com prazo acima de 6 meses.

Os fundos de investimento que forem enquadrados como entidade de investimento, e que cumpram os demais requisitos previstos na Lei, não estarão sujeitos à tributação periódica e serão tributados à alíquota de 15% na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou resgate de cotas.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específica.

b) Imposto sobre operações financeiras

Os resgates quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos a cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor dos resgates das cotas realizados pelos cotistas, limitado ao rendimento da operação, e decrescente em função do prazo até a alíquota zero (após 30 dias da data da aplicação).

Adicionalmente, conforme previsto no Decreto Lei nº 12.499 de 11 de junho de 2025, haverá incidência do IOF, à alíquota de 0,38%, sobre o valor correspondente à aquisição primária de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), inclusive nas aquisições realizadas por instituições financeiras.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na fonte e/ou IOF.

15. Transações com partes relacionadas

Adicionalmente às despesas descritas na nota explicativa nº 13, o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Conta corrente

O Fundo efetua movimentações financeiras em conta corrente mantida junto a Hemera Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., administradora do Fundo. Em 31 de março de 2026 não havia saldo nessa conta.

b) Administração de fundos investidos

A administradora do Fundo também é administradora dos seguintes fundos investidos:

- VGR Imobiliário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sol Consignado - Responsabilidade Limitada;
- Campana Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada; e
- MCC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada.

16. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais com risco de perda provável e/ou possível contra o Fundo, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer contra a Administração do Fundo.

17. Alterações estatutárias

Em 26 de novembro de 2025, a administração divulgou por meio de fato relevante que a gestora Solis Investimentos Ltda ("Solis") e a Pátria Investimentos Ltda. ("Pátria"), formalizaram um contrato de compra e venda, por meio do qual o Pátria, passará a deter participação equivalente a 51% do capital social da gestora. A conclusão da transação depende da superação de certas condições precedentes comuns a este tipo de transação. A Gestora ressalta que a concretização da transação não implicará qualquer alteração da equipe atualmente responsável pela gestão ativa do Fundo e, dessa forma, toda a visão estratégica continuará sendo guiada por seus fundamentos e expertise.

Em 05 de janeiro de 2026, a administradora divulgou por meio de comunicado ao mercado que, na presente data, após a satisfação das condições precedentes, realizou-se o fechamento da transação, com efetiva transferência das ações de emissão da Gestora ao Pátria.

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeressem divulgação nas demonstrações contábeis.

19. Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que a administradora não contratou outros serviços dos auditores independentes relacionados ao Fundo além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

20. Diretor e contador

Alsimar da Costa Nesi	**Igor de Carvalho Pimenta Fernandes**
Diretor	Contador CRC RJ – 124459/O

****